



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE A DESCARACTERIZAÇÃO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Isabela Larissa da Silva Novaes¹
Mayara Santos Brito²

Resumo: Este artigo traz a análise de elementos que caracterizam o desmonte das políticas sociais, os quais perpassam pela compreensão da "desresponsabilização" do Estado, e como esses refletem nos espaços sócio ocupacionais de assistentes sociais com ênfase naqueles relacionados à gestão da política de assistência social, recorte este pautado na carga histórica da política e nas limitações da profissão.

Palavras-Chave: Assistentes Sociais. Assistência Social. Políticas Sociais.

Abstract: This article presents the analysis of elements that characterize the dismantling of social policies, which permeate the understanding of the State's "lack of responsibility", and how these reflect in the social - occupational spaces of social workers, with emphasis on those related to the management of social assistance policy, cut this pattern in the historical burden of politics and the limitations of the profession.

I - INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a pretensão de fomentar o debate acerca dos espaços ocupacionais, atribuições e competências profissionais e políticas públicas, problematizando a atuação generalizada difundida principalmente nos espaços de gestão das políticas sociais em que não se consideram as especificidades de cada profissão esvaziando do exercício dos assistentes sociais as relações sociais, o contexto dos organismos empregadores, as relações e condições de trabalho, bem como a leitura de realidade que é realizada de cada usuário da política de assistência social.

Para tanto a prática profissional será debatida nas relações estabelecidas entre o Estado e sociedade civil na condução das políticas públicas, assim como em seu repertório crítico considerando as dimensões essenciais ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica como estratégia para superar os desafios profissionais que mascaram a realidade social e particularizando a política pública da assistência social este contexto a torna um campo fecundo de moralismo e senso comum.

¹ Profissional de Serviço Social, Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, E-mail: mayarasbrito@hotmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, E-mail: mayarasbrito@hotmail.com.

O ponto de partida, considerando (CFESS, 2012, pág. 19), é que as intervenções realizadas pelos assistentes sociais nas demandas impactam no cotidiano dos usuários tanto em nível individual quanto coletivo. Dessa forma, situa-se a atuação generalista de diversas formações profissionais que atuam na política de assistência social. Entende-se que o debate sobre essas questões, bem como sobre as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais tornam-se essenciais no enfrentamento dos desafios que se apresentam nos espaços sócio ocupacionais haja a exigência de novas competências e atribuições.

Para tanto é que este trabalho, ao assumir o desafio de analisar como os elementos anteriormente citados se materializam na configuração da política de assistência social no município do Jaboatão dos Guararapes, o qual corresponde ao espaço de atuação profissional das autoras, se trata de um instrumento de enfrentamento que traz uma crítica da prática profissional alicerçada em elementos teóricos e em uma leitura da conjuntura nacional de ameaça aos direitos sociais, políticas sociais e espaços ocupacionais de assistentes sociais.

II - Serviço Social e Serviços Sociais na atuação do Assistente Social

As bases do Serviço Social foram esculpidas sob a égide da igreja católica tendo suas práticas direcionadas massivamente para a perspectiva da caridade e da beneficência, e com o apoio do mercado e do Estado, buscavam conter a crescente parcela da população lesada no processo de industrialização. Tal contexto fora responsável para seu reconhecimento como profissão, tendo em vista os interesses envolvidos e a emergente necessidade de enfrentamento à Questão Social.

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2009, p. 6).

A partir das reivindicações da classe trabalhadora o Estado vê a necessidade de adotar estratégias que possam minimizar os efeitos de tais reivindicações, para tanto toma como mecanismo as políticas sociais, as quais passaram a caracterizar o maior espaço de atuação de assistentes sociais.

A atuação junto a classe trabalhadora despertou nos profissionais de Serviço Social a necessidade de autonomia e assim de desvinculação de suas bases conservadoras, processo que se materializou por meio do movimento de Intenção de Ruptura nos anos 1980. Esse processo, por sua vez, fez surgir a necessidade de construir novas bases para a profissão, as quais se materializaram por meio do novo projeto profissional alicerçado na

perspectiva de uma prática crítica, criativa, propositiva e consciente, ou, como afirma Vasconcelos (2015, p. 433), “um projeto de profissão sintonizado com os interesses, necessidades e demandas históricas da classe trabalhadora, nos seus diferentes segmentos”.

No entanto não se pode afirmar que o projeto profissional seja suficiente para conduzir a prática profissional, tendo em vista que as demandas direcionadas a Assistentes Sociais são suscetíveis às transformações sociais, fato que faz do espaço profissional um produto histórico, como afirma Iamamoto (2009) ao apontar que

O espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade. (IAMAMOTO, 2009, p. 4)

Os elementos antepostos nos levam a reflexão de que para entender como estão configurados os espaços ocupacionais do Serviço Social na atualidade é preciso tomar posse das tensões que perpassam o cotidiano da sociedade, tendo em vista que a forma como a questão social está sendo expressa em determinado tempo e espaço³ será o molde das demandas a serem direcionadas a assistentes sociais.

Em face de novas configurações de trabalho dos assistentes sociais e com a expansão da sua inserção na gestão, formulação e avaliação das políticas públicas é urgente a diferenciação entre Serviço Social e Serviços Sociais. Serviço Social é um curso reconhecido pelo MEC do qual se formam os Assistentes Sociais, profissão regida pela Lei Federal 8.662/1993. Serviços Sociais, em conformidade com TORRES (2018) retratam um conjunto de atividades que visam garantir assistência às pessoas necessitadas de cuidados e ajuda: famílias, crianças, idosos, imigrantes, pessoas com problemas de dependência de drogas, etc.

Ressalta-se que o autor TORRES (2018), bem como o próprio conceito de serviços sociais mantém relação estreita com o assistencialismo e messianismo, ainda presente na profissão. Apesar de reconhecer o conservadorismo na definição do autor se faz necessário sua problematização uma vez que no âmbito da gestão das políticas públicas tais conceitos acabam por pulverizar as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais no ideário de que estas podem ser realizadas por qualquer outro profissional desde que possuam ideais humanitários e democráticos e com valores de justiça social, direitos humanos, respeito pela diversidade, responsabilidade coletiva, igualdade e dignidade de todas as pessoas, conceitos base dos Serviços Sociais.

³ Cabe ressaltar a observação de tempo e espaço, pois o mesmo “gatilho” para uma expressão da questão social pode impactar de forma distinta considerando as especificidades de cada território.

Dessa forma a atuação profissional se distancia do pragmatismo e dos fenômenos limitantes de uma prática baseada no imediato do cotidiano, ou seja, se distancia da pura e simples visita para entrega de cestas básicas e seleção baseada apenas na renda per capita dos usuários. Neste contexto para (LACERDA, 2014, pág. 27)

...a leitura que o profissional faz dos elementos constitutivos do seu exercício profissional é fundamental para o alargamento das possibilidades de atenção de necessidades do cidadão em questão: apreender o usuário dentro de suas condições materiais e perceber as refrações da “questão social” é a única forma de superar preconceitos e a psicologização da “questão social”, possibilitando recobrar a perspectiva de totalidade da questão em tela, procedendo os encaminhamentos e intervenções mais adequadas; perceber o Estado e as políticas sociais no âmbito da luta de classes enquanto se domina a burocracia e a técnica são fundamentais para gerar respostas criativas.

Para LACERDA (2014), em consonância com o debate exposto, tem-se que a leitura da realidade em que o usuário está inserido ultrapassa o subjetivismo que se possa ter. Dessa forma a atuação presente em fazeres profissionais generalizados e que não se considerem as particularidades de cada profissão espraia no planejamento das políticas públicas, bem como junto ao público atendido preconceitos que mais vulnerabilizam e oprimem que traçam estratégias de garantia de direitos.

A noção na perspectiva crítica de atuações profissionais generalizadas e espontâneas, assim como dos serviços sociais abre espaço para uma práxis social emancipatória no interior das políticas públicas, em que se visualize que tanto no âmbito da gestão quanto no âmbito da execução das políticas públicas os serviços sociais deveriam oportunizar experiências de autocrítica aos usuários, ultrapassando o plano individual, agregando-os no planejamento e acompanhamento da execução desses serviços, entre outros (LACERDA, 2014, pág. 43).

A partir de tal compreensão reforça-se a necessidade de olhar para a atual configuração do Brasil, que protagonizando constantes avanços dos ideais neoliberalistas, os quais podem ser exemplificados pela expansão do ideário de privatização em paralelo aos cortes em verbas destinadas para políticas sociais e ao ataque aos direitos previdenciários.

As transformações no território nacional também são apontadas por Paula (2016), quando essa afirma que houve

o agravamento das múltiplas expressões da questão social, gerado pelo advento do neoliberalismo e pelos processos de globalização e mundialização da economia, tem ocorrido concomitantemente com a redução dos serviços sociais públicos, a seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos e salários, a quebra dos direitos sociais, etc. Nesse contexto, ocorreu uma crescente diferenciação dos espaços sócio-ocupacionais da profissão no ritmo da reestruturação dos espaços institucionais públicos e privados, havendo uma

reconfiguração das demandas tradicionais, apontando para o surgimento de um novo perfil profissional.

Na esfera pública estatal, os assistentes sociais continuaram requisitados para atuar na prestação direta de serviços sociais, porém a efetivação desses serviços se complexificou devido à política do Estado mínimo e das ações focalizadas (PAULA, 2016, p. 163).

O cenário descrito por Paula traz elementos que têm exercido significativa influência na atuação de assistentes sociais e concepção do Serviço Social como profissão, tendo em vista que ao retirar responsabilidades do Estado e repassá-las para a sociedade cria-se um conflito entre o que é privativo e o que é de domínio coletivo. O maior exemplo deste fato está na composição dos serviços sociais que inicialmente foram concebidos como de âmbito estatal e atualmente vem criando forças e conquistando espaços em diversos segmentos, crescimento esse que vem atrelado a uma significativa parcela de autonomia quanto à condução das intervenções, disponibilização de informações e a necessidade de prestar esclarecimentos.

A autonomia desses serviços sociais está ligada aos órgãos executores e suas formas de reconhecimento legal, uma vez que esses “que recebem do Poder Público a unção de serem considerados como agentes que desenvolvem atividades típicas da administração pública, a despeito de configurarem como organizações privadas, da sociedade civil” (SCAFF, 2001, p. 279). A partir de tal premissa ocorre a estruturação e expansão do *terceiro setor* no país.

A denominação de terceiro setor está pautada na compreensão de que o Estado representa o “primeiro setor”, o mercado se caracteriza como um “segundo setor” e assim as iniciativas da sociedade civil compõem esse “terceiro setor”. A composição do terceiro setor na contemporaneidade se dá através da junção de Organizações Não Governamentais, Movimentos Religiosos, Associações de Moradores, Iniciativas de Filantropia Religiosa, entre outras iniciativas da sociedade que passam a prestar serviços sociais a fim de minimizar os efeitos das expressões da questão social.

O movimento contemporâneo de parceria entre os setores supramencionados tem entre suas problemáticas a regressão dos gastos públicos, uma vez que o Estado repassa a verba para que o terceiro setor execute os serviços que seriam de sua responsabilidade, repasse que conta com o reconhecimento legal⁴. Outra problemática a ser enfrentada é a precarização dos serviços ofertados, posto que para além da cobrança por respostas quantitativas, ainda se faz presente a ausência de um corpo técnico devidamente qualificado, elementos estes que fazem com que os serviços sociais adquiram caráter imediatista e assim tenham suas intervenções limitadas a superficialidade.

⁴ A Lei de nº 13.019 de 31 de julho de 2014 trata, especificamente, sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Os argumentos expostos anteriormente nos levam aos questionamentos sobre: como estão sendo pensadas as respostas dadas às expressões da questão social? quem são esses sujeitos que executam os serviços sociais? como se dá a inserção do assistente social nesse novo modelo de estruturação das políticas sociais?. Diante da complexidade das questões levantadas é que tomaremos como foco a experiência do assistente social na gestão da política de assistência social no município do Jaboatão dos Guararapes, posto que a partir desta experiência é possível unir os elementos da profissão com a configuração da políticas sociais na contemporaneidade.

III - O assistente social na gestão de políticas públicas: Um olhar sobre a política de assistência social.

No Brasil, *“falar sobre direitos e sua relação com a totalidade da vida social pressupõe considerar os indivíduos em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, sobretudo, como violações de direitos”* (BERING; SANTOS, 2009, p.276). O desenrolar das políticas sociais, voltadas para suprir as demandas trazidas pelo capital, denotam um possível enfrentamento à vulnerabilidade social instaurada frente a um Estado de ideário neoliberal. Neste sentido, na PNAS consta que, a proteção social, em suas ações, *“exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem”* (PNAS, 2004, p.10).

Nesse sentido, a execução da proteção social se materializa nas unidades públicas estatais denominadas de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especial da Assistência Social (CREAS), que são unidades públicas de base municipal ou regional, situados em áreas de risco social, em que os serviços devem ocorrer de forma articulada com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outros serviços socioassistenciais, e outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

O neoliberalismo articulado ao ideário do neodesenvolvimentismo trouxe ao Serviço Social novas perspectivas de inserção profissional que ultrapassam a atuação essencialmente na execução de serviços e benefícios, um exemplo é a ampliação das atividades profissionais desempenhadas em espaços de gestão e direcionamento das políticas públicas. No contexto apresentado IAMAMOTO nos traz que

(...) as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Essas formulações de crises ideológicas, do capital, da política, de trabalho solicitam que o assistente social desenvolvam novas formas de atuar e responder às necessidades sociais postas pelos usuários. Dessa maneira, MOTA destaca que

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que os determinam (MOTA, 1998, p.25).

A autora nesta passagem fortalece a ideia da problematização da demanda apresentada, bem como a necessidade de potencializar a dimensão investigativa da profissão na intervenção das expressões da questão social. A partir de então o profissional seria capaz de identificar dentre as demandas emergentes e aparentes a essência da demanda e sua complexidade na sociedade capitalista, utilizando das mediações e particularidades necessárias a fim de identificar a totalidade do que lhe é apresentado enquanto objeto de trabalho.

Em consonância com as reflexões apresentadas que a defesa de direitos sociais no cotidiano, bem como a apreensão da realidade social apresentada para intervenção necessitam de

um assistente social que seja comprometido com a sua capacitação permanente, que invista em sua formação intelectual, cultural e que acompanhe a dinâmica histórico-conjuntural dos processos sociais, extraído dos mesmos propostas de trabalho, contidas na contemporaneidade enquanto transformações e possibilidades. Sob essa perspectiva, delineiam-se as formas possíveis de investigação em torno das demandas postas ao Serviço Social, uma vez que a prática do assistente social não pode se revelar a si mesma, mas encontra sua inteligibilidade e sentido na história da qual é parte e expressão. Assim, demandas têm sido forjadas nas relações entre o Estado e a sociedade e, a partir do seu desvelamento, é que apreendemos as demandas inscritas atualmente (CANTALICE E SILVA, 2008, pág. 108).

A necessidade de um profissional proativo, propositivo e crítico é indispensável para romper com as análises messiânicas, positivistas e voluntaristas das demandas institucionais no cotidiano profissional e nas proposições das políticas públicas.

Dessa forma, PONTES (2000) reforça os argumentos expostos na medida que exemplifica que as demandas aparecem fragmentadas e com nomenclaturas técnicas, conforme citação abaixo

A demanda institucional aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município etc); programática (divisão por projetos, programas ou áreas de ação) ou populacional (criança, idoso, migrante etc). Numa palavra, a demanda institucional aparece na imediaticidade como um fim em si mesma,

despida de mediações que lhe dêem um sentido mais totalizante (PONTES, 2000, p.45).

No seio da profissão “as estratégias político-profissionais e táticas técnico-operacionais podem qualificar de modo diferenciado o exercício profissional do assistente social, pois possibilitam uma intervenção voltada para um determinado objetivo profissional” (PAULA, 2016, p. 178), sendo assim há a defesa de que a atuação profissional seja capaz de transcender a resolução de demandas que lhes são direcionadas, de forma que assim a intervenção profissional possa estar em concordância com o projeto ético-político defendido pela categoria.

No entanto o que se tem observado é a subordinação do profissional aos seus empregadores, sejam eles empresas ou entes públicos, a qual está diretamente ligada a sua condição de trabalhador assalariado e assim sujeito a mercantilização da força de trabalho. Neste contexto observa-se

“uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares”. (IAMAMOTO, 2009, p. 8)

A tensão supramencionada pode ser exemplificada pelo contexto de atuação dos profissionais da política de assistência social, entre eles os assistentes sociais, que têm sua intervenção profissional direcionada a partir da obrigatoriedade da utilização de instrumentos e instruções operacionais formulados pelo governo, a exemplo do Prontuário SUAS que assume a função de auxiliar e orientar a organização de informações, bem como de induzir o aprimoramento do processo de trabalho, conforme disposto no site oficial da Secretaria Nacional de Assistência Social⁵. A partir de tais elementos torna-se possível a reflexão feita por Paula (2016) ao afirmar que as orientações e diretrizes governamentais se tratam de

“táticas técnico-operacionais muito bem articuladas com a estratégia de difusão de valores, princípios e concepções contrários àqueles defendidos pelo projeto ético-político construído no Serviço Social, nos marcos de uma intenção de ruptura com o conservadorismo. Por tanto, muitos assistentes sociais que se consideram defensores desse projeto ético-político acabam, por vezes, construindo ações profissionais muito mais articuladas com as estratégias formuladas em uma direção oposta a ele.” (PAULA, 2016, p. 173)

A análise do contexto apresentado solicita que a atuação do assistente social escape do pragmatismo e do imediatismo nas apreensões da realidade que tem alimentado o utilitarismo no cotidiano da Assistência Social. Evitar conceitos generalizados de família,

⁵ A informação está disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index3.php>>. Acessado em 27 de maio de 2019.

usuários da política pública, território e serviços benéficos que não estejam articulados a conjuntura atual, bem como a luta de classes.

IV - A experiência de Assistentes Sociais na Assistência Social de Jaboatão dos Guararapes entre as competências e as incumbências.

A Assistência Social, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93) provê proteção social através de um conjunto de ações estatais atendendo indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, é um campo privilegiado de atuação dos Assistentes Sociais, contudo não exclusivo.

A resolução n. 17 do CNAS de 2011 estabelece no Art. 3º que poderão compor a gestão do SUAS o Assistente Social, o Psicólogo, o Advogado, o Administrador, o Antropólogo, o Contador, o Economista, o Economista Doméstico, o Pedagogo, o Sociólogo e o Terapeuta ocupacional. No art. 4º que estes profissionais deverão possuir ensino superior completo.

Na atualidade a participação do assistente social ultrapassa a execução de serviços e benefícios, políticas e programas sociais normatizam as atribuições para os/as assistentes sociais em formatos generalistas, em nomenclaturas de técnicos sociais, o que ainda necessita de uma análise detalhada a Luz do Código de Ética Profissional e Lei que rege a profissão. Em Conformidade com o CFESS (2012) observa-se que a contribuição proposta nestes campos distancia-se da efetivação de direitos sob o ponto de vista das classes trabalhadoras.

O quadro abaixo demonstra a composição dos profissionais da Assistência Social em Jaboatão dos Guararapes.

	LÓCUS DE ATUAÇÃO	ASSISTENTE SOCIAL	PSICÓLOGO	PEDAGOGO	ADVOGADO	ASSISTENTE ADM	EDUCADOR SOCIAL	SOCIÓLOGO
SERVIÇOS	CRAS	16	15	05	0	07	23	0
	CREAS	04	04	0	01	0	06	0
	CREAS MSE	02	01	0	0	0	01	0
	CENTRO POP	02	01	0	0	0	03	0
	CAEF	01	01	01	0	0	16	0
	TOTAL	26	22	06	01	07	49	0
GESTÃO	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	0	01	0	0	0	0	02
	NÚCLEO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	0	01	0	0	0	0	0
	GPSB	01	02	01	0	03	03	0
	GPSE DE MÉDIA COMPLEXIDADE	02	0	0	01	01	0	0

GPSE DE ALTA COMPLEXIDADE	02	0	0	0	01	0	0
TOTAL	05	04	01	01	05	03	02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do CADSUAS do município.

A análise do quadro permite concluir que em Jabotão dos Guararapes⁶ a composição das equipes de gestão é mista, contudo com número insuficiente para atuação em município com gestão plena dos serviços, sendo 12 CRAS; 02 CREAS; 01 Equipe para MSE; 01 Centro POP; 01 Casa de Acolhimento. Alguns serviços como a Casa de Acolhimento Estação Feliz – CAEF em virtude da complexidade e modalidade do serviço possui ainda na composição da equipe cozinheiro, educador físico, motoristas e Auxiliar de Serviços Gerais a disposição; a Vigilância Socioassistencial possui um Gestor da Tecnologia da Informação em virtude dos sistemas e análises de dados feitas; o Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional possui uma nutricionista na equipe; a equipe do Cadastro Único possui 03 Coordenadores; 03 supervisores; 01 Pedagoga; 07 Apoio Operacional; 30 cadastradores; 04 agentes de triagem e 02 motoristas. Ressalta-se que na equipe apenas 01 profissional possui formação em Serviço Social, contudo desempenha outras funções.

Ainda a partir do quadro anteposto cabe a reflexão de como o profissional de serviço social ainda é vista como um “profissional de ponta”, aqui entendido como aquele que tem contato direto com usuários, a qual se sustenta quando observado que o maior número de assistentes sociais em Jabotão está vinculado aos serviços e que no âmbito da gestão em setores que tem sua atuação ligada ao trato com o usuário. Enquanto em setores que são propriamente de gestão e planejamento, a exemplo da Vigilância Socioassistencial se lida com a ausência do referido profissional.

A reflexão sobre a distribuição dos profissionais na política de assistência social deve reconhecer as influências do ideário de enfraquecimento das políticas sociais, onde se reconhece, no âmbito de sua atuação, a know-hall⁷ do assistente social na condução da política, contudo se tem claro que

O Serviço Social não é e não pode se considerar uma ilha consciente num oceano de alienação. A derrota incidirá e já incide sobre o campo profissional, na retomada do conservadorismo, no desmonte das políticas públicas e sociais, na regressão dos direitos, no aumento do obscurantismo nos costumes e valores, no fechamento dos espaços democráticos e no cenário adverso das lutas de resistência que se anunciam. (IASI, 2017, pág. 83).

A Assistência Social ainda carrega o ranço do primeiro damismo, do messianismo, do pragmatismo e do senso comum na execução das suas ações, sendo acrescentada a

⁶ A população estimada, conforme dados do IBGE para 2019, para Jabotão dos Guararapes é de 697.636 habitantes. Particularizando a Assistência Social é possível identificar na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais 259.537 pessoas, correspondendo a 112.720 famílias.

⁷ Know-hall aqui compreendido como o conhecimento da pessoa para fazer alguma tarefa específica.

listagem os profissionais políticos que não compõem os critérios para inserção em outras políticas públicas. Dessa forma, é comum perceber nas equipes alguns profissionais com formação em enfermagem, história, geografia, marketing, Recursos Humanos, dentre outros, que acabam executando algumas atribuições privativas do assistente social, como a emissão de laudos e pareceres por se entenderem profissionais de Serviço Social por atuar na Assistência Social.

V - CONCLUSÃO

De modo preliminar o debate permite concluir que os novos campos de atuação exigem uma releitura sobre a condução da profissão de modo a enfrentar os novos desafios que retrocedem a política social a um campo residual, focal e desprovida de um caráter transformador.

O assistente social é um profissional qualificado e especializado na intervenção das expressões da questão social, fazendo leituras da realidade social no imediatismo apresentada pelos usuários de modo a considerar a conjuntura política, econômica e social, bem como as lutas de classe presentes no contexto apresentado. As mediações das particularidades apresentadas não podem ser alvo de atuações generalistas que acabem por moralizar a questão social.

Em se tratando de um profissional assalariado e que tem sua atuação moldada pelas demandas da sociedade, torna-se possível concluir que o assistente social não é independente das relações e das características existentes no espaço que ocupam, na verdade esse é vulnerável às determinações de seus empregadores.

A partir dos elementos discutidos ao longo deste trabalho verifica-se que o serviço social como um todo vem lidando com o crescimento das ofensivas quanto aos seus espaços ocupacionais e suas práticas de intervenção, movimentos que acontecem paralelamente a desqualificação dos serviços ofertados aos usuários e a complexidade das demandas decorrentes da questão social.

VI - REFERÊNCIAS

CANTALICE e SILVA. Luciana Batista de Oliveira. Edna Tania Ferreira da. **Mediações das atuais demandas postas ao Assistente Social**. Revista Teor. Pol. e Soc. v.1, n.1, p.95-110, dez. 2008.

CFESS. **Atribuições Privativas Do/A Assistente Social Em Questão**. 1ª EDIÇÃO AMPLIADA, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em 05 de Junho de 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

IAMAMOTO, M.. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço social:**

direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009b.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo, Cortez. 2000.

IASI, Mauro Luis. **O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil**. Serv.Soc. Soc., São Paulo , n. 128, p. 72-84, abr. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282017000100072&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 05 jun. 2019.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/03.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 23-44.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e Táticas: Reflexões no Campo do Serviço Social**. 1. ed.- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PONTES, R. N. **Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social**. (1a. ed.). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). Capacitação Em Política social e Serviço Social. V. 3. (2000).

SCAFF, F. F. **Contrato de Gestão, Serviços Sociais Autônomos e Intervenção do Estado**. - Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/47578/44928>. Acesso em 29 de maio de 2019.

TORRES, Jason. **O que são serviços sociais e o que você precisa saber**. 2018. Disponível em: <<https://www.webohio.net/o-que-sao-servicos-sociais/>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

VASCONCELOS, A. M. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão** - 2009. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf>> Acesso em 27 de maio de 2019.